

A DOMINAÇÃO ECONÔMICA E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL*

Leila Bijos**

Adriana Leite Isidoro da Silva***

Marcos de Freitas Silva****

Roberto Luiz da Silva Júnior*****

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo discorrer sobre a dominação econômica, os processos de integração regional, suas implicações no cenário interno e no relacionamento entre os Estados. Explora, ademais, o contexto histórico da integração regional, seu desenvolvimento e o estágio atual. Com a globalização da economia, os Estados passaram a se relacionar de forma mais atuante no cenário mundial, uma vez que as integrações regionais mostram-se adequadas para que se façam representar num mercado cada vez mais competitivo. Nesse sentido, surgiram os blocos econômicos e os acordos comerciais, os quais têm por escopo propiciar maior competitividade entre os Estados. Para que os Estados alcancem objetivos comuns, precisam ceder parte de seus interesses individuais e até mesmo da sua soberania em benefício do coletivo.

Palavras-chave: Dominação econômica. Globalização da economia. Integração regional. Soberania.

* Artigo recebido em: 27/09/2012.

Artigo aceito em: 03/12/2012.

** Leila Bijos é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professora do Mestrado *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Católica de Brasília, pesquisadora visitante da Universidade da Califórnia em San Diego, U.S.A, e da Universidade de Tsukuba, no Japão. Email: lbijos@ucb.br. Coordena o Grupo de Pesquisa “Laboratório de Política Internacional”.

*** Adriana Leite Isidoro da Silva, Graduada em Direito pela Faculdade Evangélica de Anápolis/GO, aluna especial do Mestrado *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Católica de Brasília.

**** Marcos Freitas Silva, Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília, aluno especial do Mestrado *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Católica de Brasília.

***** Roberto Luiz da Silva Júnior, Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília, aluno especial do Mestrado *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Católica de Brasília.

ABSTRACT:

This paper aims to discuss the economic domination, the processes of regional integration and its implications on the domestic scene, besides the relationship between states. It additionally explores the historical context of regional integration, its development and current status. With the globalization of the economy, states began to interact pro-actively on the world stage, once the regional integrations are adequate to show that they are represented in an increasingly competitive market. Due to this fact, economic blocks and trade agreements were created as a way to foster greater competition among the states. To reach common goals, the states must withdraw from their individual interests and even their sovereignty in favor of the collective benefits.

Keywords: Economic Domination - Globalization of the Economy - Regional Integration – Sovereignty.

SUMÁRIO

- 1. Introdução**
- 2. Evolução Histórica**
- 3. Globalização Econômica**
- 4. A Soberania Perante a Globalização e a Integração Econômica**
- 5. A crise do euro e a União Europeia**
- 6. Conclusões**
- 7. Referências**

1. Introdução

O presente trabalho tem por intuito discorrer sobre o processo de globalização econômica, a integração regional e as suas implicações nas atividades dos Estados. Apresenta um breve histórico da evolução das relações econômicas, surgidas desde os primórdios da civilização.

Os processos de integração regional apresentam características semelhantes, principalmente pelo fato de os membros que deles participam, em prol da coletividade, cederem parte de seu poder soberano. Logo, é possível depreender o posicionamento que tais membros adotam, conscientes de que, para se alcançar um objetivo comum a integração é necessária.

A globalização da economia tornou os Estados cada vez mais interdependentes, seja no âmbito comercial, seja no âmbito político. O novo cenário mundial evidencia um domínio de novos atores, o que torna necessário a organização das nações em blocos para que possam exercer sua soberania.

Como marco conclusivo, os processos de integração regional são contrapontos à globalização econômica, haja vista aumentar a capacidade de atuação e a competitividade dos Estados no mercado internacional.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Em decorrência da sua própria natureza, o homem é um ser social, cuja existência e sobrevivência só são possíveis em razão da convivência com seus semelhantes.

No período paleolítico, os indivíduos associavam-se para garantir uma boa caçada e a alimentação dos membros da tribo. Naquela época, o homem se encontrava no seu estado natural, pois: “Seus desejos não passam de suas

necessidades físicas, os únicos bens que ele conhece no universo são a alimentação, uma fêmea e o repouso”.¹

Com o advento da agricultura, da domesticação de animais e do domínio do fogo, diminui-se a dependência com relação à natureza. Tornou-se possível a sedentarização, a fixação de uma habitação e a divisão do trabalho em razão do sexo: o homem cuidava da proteção e alimentação da família, enquanto a mulher cuidava da habitação e da criação dos filhos. Surgem, então, as primeiras tribos e clãs.

Na Idade dos Metais, as armas e a agricultura foram aprimoradas, os clãs e as tribos se desenvolveram dando origem a centros urbanos com vários avanços. Foram criadas as primeiras cidades-estado e os primeiros reinos com poder centralizado. É preciso ter em mente, que “toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem ... é a comunidade política”.² Mas, o que significa política? Lebrun debruça-se sobre a obra de Julien Freund, para explicar que é “a atividade social que se propõe a garantir pela força, fundada geralmente no direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade política particular...”.³ A nova tecnologia empregada às armas permitiu o domínio de seu detentor sobre os povos menos desenvolvidos. Surgem os primeiros impérios com a presença de

1 ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**, São Paulo: Martin Claret, 2002.

2 ARISTÓTELES. **Política**, (Trad. de Mário da Gama Kury). 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1988, p. 15.

3 LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 11. Lebrun faz referência à Julien Freund, *Qu'est-ce que la Politique?*, p. 177.

escravos. Morre o homem natural de Rousseau e nasce o *homo homini lupus* de Hobbes.⁴

A partir do estabelecimento dessa nova forma de organização social, surge a necessidade de relacionamento entre os povos. Iniciam-se as formas embrionárias de integração, onde, num primeiro momento, através do escambo, do comércio marítimo e dos interesses beligerantes, as nações se associam conforme seus interesses.

Na antiguidade clássica, as guerras de conquista expansionista eram constantes, levando os povos a se associarem em razão da contínua ameaça de serem sobrepujados por nações militarmente mais poderosas.

A Liga de Delos pode ser citada como uns dos primeiros processos de associação entre os povos, no qual os membros cedem parte de sua soberania para uma nação hegemônica, com o escopo de que esta lidere os demais, visando à defesa de objetivos comuns.⁵

Essa relação se repetiu ao longo do período clássico e durante a Idade Média, sempre existindo uma ou mais nações que exerciam o domínio sobre as demais, em razão, principalmente, de seu poderio militar.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, século V, inicia-se a Idade Média e vários Estados europeus são criados. Nesse período, o sistema econômico, social e político vigente era o feudalismo. A mão de obra escrava era a base da economia, mas com o declínio desta, as grandes propriedades rurais escravistas perderam sua importância.

4 HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

5 TUCIDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999, p. 27-28.

Ocorre a primeira mudança econômica mundial, a terra, em substituição ao ouro e a prata, tornou-se a principal riqueza, por ser a fonte mais importante de subsistência e do poder.

Com as transformações sofridas pela Europa feudal a partir do século XII, o fundamento da riqueza deixou de ser a terra. A economia de mercado começou a estruturar-se com base no trabalho artesanal. As relações mercantis foram favorecidas pelo surgimento e pelo crescimento de cidades, proporcionando a diversificação e a mobilidade social. Não obstante se releve a importância do território político, onde se exerce a soberania do Estado em toda a plenitude, no território comercial o Estado se preocupa inicialmente com objetivos mercantis, cujas regiões se tornam dinâmicas e mais civilizadas.⁶ No século XV, graças às Grandes Navegações e à inserção de novas terras no sistema econômico de produção, as relações mercantis desenvolveram-se geograficamente, dando origem ao capitalismo comercial, no qual imperava a relação metrópole-colônia.

A doutrina liberal teve início no século XVIII, após a queda do Absolutismo, e se consolidou definitivamente com a Revolução Industrial. A partir da segunda metade, iniciou-se um processo de produção coletiva e em massa, com a geração de lucro e o acúmulo de capital, respaldando-se especialmente nos estudos de Adam Smith, cuja obra *A Riqueza das Nações* expressa o entusiasmo pelo Estado mínimo e pela livre regulação do mercado.⁷ O comércio não era mais a essência do sistema, pois o lucro advinha fundamentalmente da produção de mercadorias.

⁶ AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. 44. ed. São Paulo: 2005, p. 37.

⁷ SMITH, Adam Smith. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações** (trad. Getúlio Schanoski Jr.), São Paulo: Madras, 2009.

Uma das consequências mais importantes do crescimento acelerado da economia capitalista foi o processo de concentração e centralização de capitais. Várias empresas surgiram e cresceram rapidamente: indústrias, bancos, corretoras de valores, casas comerciais, dentre outras. A acirrada concorrência favoreceu as grandes empresas, levando a fusões e a incorporações que resultaram, a partir de fins do século XIX, na monopolização ou oligopolização de muitos setores da economia. O capitalismo atingiu sua forma plena no século XX, com a formação de conglomerados econômicos.

Com o final da Segunda Grande Guerra, ocorreu uma acentuada mundialização da economia capitalista, sob o comando dos grupos econômicos, denominados multinacionais ou transnacionais. Foi o período de gestação das profundas transformações econômicas pelas quais o mundo iria passar, principalmente a partir dos anos 80, que culminou no atual processo de globalização da economia.

3. Globalização econômica

Economicamente, a globalização pode ser conceituada como a abertura das economias nacionais ao mercado e ao capital mundial, por possibilitar um fluxo de produtos, serviços e moeda através do tratamento uniforme entre o capital nacional e o estrangeiro, com o objetivo de criar um mercado unificado. Ao se falar em globalização é importante associá-la a conceitos como hegemonia e imperialismo.

Segundo Gramsci, o conceito de hegemonia refere-se diretamente a sua noção de Estado de forma ampliada: sociedade política e sociedade civil. A hegemonia forma-se com a supremacia de determinado grupo ou classe social e sua liderança moral e intelectual na sociedade civil, exercendo-a antes de

chegar ao governo. Após se tornar dominante, o grupo deverá conceder benesses aos subordinados, como o objetivo de legitimar e continuar no poder,⁸ pois caso a classe dominante perca o consenso da sociedade, terá que se valer da força coercitiva, não mais exercendo a liderança, mas sim a dominação.⁹

Para Gilpin poder, hegemonia, império e Estado dominante são termos equivalentes. Os conflitos beligerantes são inevitáveis e servem como solução para as tensões geradas pelo desequilíbrio na distribuição do poder no sistema internacional. A hegemonia é consequência inevitável da vitória de pelo menos um Estado ou grupo.¹⁰

Contrapondo-se à Gramsci, o autor afirma que a tática de fazer concessões aos poderes menores para assegurar o *status quo*, pode demonstrar um sinal de enfraquecimento do *hegemon*, gerando um ciclo vicioso de demandas por mais concessões.¹¹

Já o imperialismo, na doutrina de Cohen, é definido como:

relações internacionais caracterizadas por uma assimetria particular – a assimetria de dominação e dependência. [...] O imperialismo refere-se àquelas relações particulares entre nações inerentemente desiguais que envolvem subjugação efetiva, o exercício real da influência sobre o comportamento.¹²

Existem duas formas de o imperialismo ser exercido: através do controle direto, por meio da extensão da soberania política, ou indiretamente

8 GRAMSCI, Antonio. **Selection of prison's notebooks**. New York: International Publishers. 1971, p.58.

9 Idem, p. 272.

10 GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge University Press, 1981, p. 197-198.

11 Idem, p. 207.

12 COHEN, Benjamim. **A questão do imperialismo. Economia política da dominação e dependência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 20.

pela influência econômica e pressões diplomáticas ou militares. A visão de Cohen demonstra o paradigma realista do sistema internacional.

Império e hegemonia têm no exercício da liderança sua similitude, divergindo quanto à finalidade, a forma e os instrumentos com os quais esta liderança é exercida.

A globalização pode ser considerada como o novo ciclo de expansão do capitalismo. Através dela, envolvem-se nações, regimes políticos, grupos e classes sociais em uma nova forma de produção de proporções mundiais.

Lentamente e de maneira quase não perceptível, fronteiras desaparecem, as relações e os significados de países centrais e periféricos, de relações norte e sul, desenvolvidos e em desenvolvimento, são modificadas. A necessidade de integração entre os Estados se acelera, dando origem aos blocos econômicos e a alianças.

Criou-se um constante dualismo, no qual processos e estruturas de dominação foram gerados. Nesse sentido, hegemonia e soberania; antagonismo e integração; apropriação e dominação são desencadeadas pelas forças que comandam a globalização. Apesar dos obstáculos e de alguns retrocessos, a globalização se espalha, ainda existem nações e continentes a serem “conquistados”.

Novas perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais surgiram. Alterações ocorreram no jogo de poder mundial: a velha economia industrial foi suplantada pela economia de informação, na qual se aplica o conhecimento ao trabalho para criar valor.¹³

¹³ WRISTON, Walter B. **O crepúsculo da soberania**. São Paulo: Makron Books, 1994, p. 17.

As relações econômicas são fortemente influenciadas pela globalização, esse é um fato que não se pode negar. Ocorre que somente as nações mais desenvolvidas se aproveitam dessa realidade, pois em razão de serem detentoras de uma tecnologia mais avançada e uma boa logística, produzem produtos em maior quantidade e de melhor qualidade, podendo distribuí-los em todo o mundo, com preços iguais ou inferiores aos produtos produzidos pelos países em desenvolvimento.¹⁴

A partir da Segunda Guerra Mundial, o papel dos Estados como “players” no cenário global foi alterado pelas transformações ocorridas na economia e política mundial. Novos atores e redes de transações econômicas surgiram e estão fora do controle do governo dos Estados.

Bobbio, Matteucci e Pasquino enfatizam que existem outros espaços não mais controlados pelo Estado soberano:

O mercado mundial possibilitou a formação de empresas multinacionais, detentoras de um poder de decisão que não está sujeito a ninguém e está livre de toda a forma de controle; embora não sejam soberanas, uma vez que não possuem uma população de um território onde exercer de maneira exclusiva os tradicionais poderes soberanos, estas empresas podem ser assim consideradas, no sentido de que - dentro de certos limites - não têm superior algum.¹⁵

A globalização nos moldes atuais poderá enfraquecer a soberania dos Estados nacionais ou proporcionar-lhes novas formas e funções, fomentando o surgimento de instituições supranacionais que gradativamente os substituam.

Devido à liberalização da economia mundial, em razão da crescente mundialização do capital, gerou-se a necessidade da reestruturação do sistema interestatal para superar a crise econômica global, levando à constituição dos

14 BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**, 3. ed. Lisboa: LCE, 1980.

15 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, 2. ed. (Trad. João Ferreira, Carmem C. et al.) Brasília: Universidade de Brasília, 1986. p. 1187.

vários blocos econômicos regionais e intercontinentais. Com a integração regional e a interdependência das Nações, surgem as bases para a formação de Estados transnacionais.

4. A soberania perante a globalização e a integração econômica

Segundo Rubens Ricupero, soberania é: “o atributo do Estado de estabelecer, em determinado território, ordem que dependa dele, não de alguma autoridade que lhe é superior”.¹⁶ Acerca do tema, o autor destaca que:

Poder é a capacidade do Estado de impor sua vontade a outros países, obrigando-os a agir de certo modo ou abster-se de fazê-lo. Quem tem mais poder dispõe de maior possibilidade de afirmar a soberania, que não é nem nunca foi absoluta. Existirão, em nossos dias, mais limitações à soberania decorrentes de regras comerciais multilaterais ou da necessidade de atrair recursos financeiros¹⁷.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o novo cenário global – no qual o poder nacional passou a ser compatibilizado às transformações internacionais, nos planos econômico e social –, as restrições interpretativas jurídicas e políticas sobre a noção de soberania deixaram de ser aplicadas, bem como se levantou controvérsias de interpretação do seu conceito à luz do direito positivo.¹⁸

A noção de soberania tem sofrido grandes mudanças em razão da globalização e dos processos de integração econômica que proporcionaram à facilitação da livre circulação do capital e à consequente abertura do espaço econômico internacional.

16 RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o dilema da globalização**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001, p. 46.

17 Idem.

18 GRIECO, Francisco de Assis. **O Brasil e a globalização econômica**. São Paulo: Aduaneiras, 1997, p. 238.

A integração econômica ocorre por etapas, através de aproximações sucessivas, do gradualismo, da flexibilidade e do equilíbrio.

De acordo com Chiarelli:

[...] de liberdade política, econômica; de criatividade produtiva e de tecnologia inovadora e competente; de produtos melhores, bons e baratos; de trabalhadores qualificados e remunerados condignamente; de um Estado que tenha autoridade, não sendo autoritário e de representantes que supervisionem, fiscalizem, mas não façam de sua intervenção, meramente corretiva, o alto de rotina, formalizando o que deve ser informal, e burocratizando o que deve ser simplificado.¹⁹

Inicialmente, a integração ocorre pela aproximação econômica, a qual proporcionaria a formação de blocos regionais de Estados, que se alinham por meio de tratados e acordos internacionais de cooperação, comprometendo-se, de maneira progressiva a liberar seus mercados. No magistério de Bela Balassa, à medida que a integração econômica progride, diminuem as barreiras comerciais mantidas entre os mercados participantes. O referido autor sustenta que a integração econômica ocorre em seis níveis sucessivos: acordo comercial preferencial; zona de livre comércio; união aduaneira; mercado comum; união econômica; integração econômica total.²⁰ Nesse sentido:

Acordo Comercial Preferencial (ACP): forma mais simples de integração, permite às nações participantes a utilização de barreiras comerciais menos elevadas do que as relativas ao comércio realizado com outros países;

Zona de Livre Comércio (ZLC): os direitos e as restrições quantitativas são abolidos entre os países participantes, mas cada país mantém suas pautas em relação aos países não-membros;

União Aduaneira (UA): além do que ocorre na zona de livre comércio, há a equalização dos direitos em relação ao comércio com países não membros, com a criação de uma tarifa externa comum (TEC);

¹⁹ CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes; CHARELLI, Matteo Rota. **Integração: direito e dever**. São Paulo: Ltr, 1992, p. 49.

²⁰ BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. 3. ed. Lisboa: LCE, 1980, 180; SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

Mercado Comum (MC): são abolidas não apenas as restrições comerciais, mas também as de movimento dos fatores produtivos;

União Econômica (UE): abrange, além das características do mercado comum certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais;

Integração Econômica Total (IET): pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, exigindo o estabelecimento de uma autoridade supranacional, cujas decisões são obrigatórias para os estados-membros.

A integração e a interdependência econômica mundial são os principais fatores responsáveis pela formação dos blocos econômicos. Ela existe por atender aos interesses das empresas multinacionais, haja vista propiciar uma maior liberalização do mercado mundial, principalmente intra-blocos. A formação de blocos econômicos, sob a ótica das empresas transnacionais leva à constituição de um mercado globalizado sem barreiras.

O caráter regional e multilateral do processo de integração econômica assumido pela internacionalização de mercados é um fator importante de análise. O termo integração internacional apresenta-se, com frequência, dividido em dois níveis: regional e multilateral.²¹ O primeiro refere-se à integração de duas ou mais nações dentro de um bloco baseado no princípio de preferências, através de determinação de tarifas preferenciais aos países participantes. Já o nível multilateral trata do mesmo fenômeno de eliminação de barreiras tarifárias, mas em escala global, buscando estabelecer o livre comércio por meio de acordos internacionais com países de outros blocos econômicos.

21 WAQUIL, Paulo D. Globalização, formação de bloco regionais e implicações para o setor agrícola do MERCOSUL. **Análise Econômica**, FEE, Porto Alegre, v.15, n.4, p. 1-14, Abr. 1996.

A criação de espaços regionais de integração é considerada uma via de aproximação do livre-comércio mundial.²² Os blocos permitem a atenuação dos nacionalismos econômicos, com o aumento da consciência e mesmo da necessidade de existir uma maior interdependência. Por isso os países se unem em blocos, visando à unificação de regras comerciais e dos sistemas de negociações, para que tenham maior peso político-econômico nos mercados internacionais, cedendo parte de sua soberania para atingir tal fim.

A interdependência econômica entre as nações exige tomadas de decisão articuladas entre os representantes dos países que compõem a comunidade internacional. Para dar sustentação ao processo de globalização econômica urge a construção de uma nova superestrutura política e jurídica internacional, edificada em bases democráticas, que tenha capacidade de regular as relações entre as nações e povos bem como arbitrar os conflitos que, porventura, existam.

As estruturas atuais, como a ONU, o FMI, Banco Mundial, estão defasadas em relação às necessidades contemporâneas. A existência de uma superestrutura política e jurídica internacional erigida em bases democráticas é a garantia do respeito à soberania popular em bases mundiais. Sem ela, os povos estarão à mercê dos interesses das empresas multinacionais ou transnacionais.

No contexto atual de globalização, um Estado-Nação só terá condições de fazer frente ao poder das gigantescas corporações transnacionais e preservar sua soberania desde que participe de blocos regionais ou supranacionais organizados política e economicamente.

22 PORTO, Manuel C. L.; FLORES JR., Renato G. **Teoria e Política de Integração na união Européia e no MERCOSUL**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 98.

A ação conjunta dos Estados-Nações através de um bloco estruturado democraticamente em bases políticas e econômicas tem por objetivo estabelecer relações de força com outros blocos e com as empresas multinacionais, bem como assegurar os interesses nacionais. Nessas circunstâncias, a soberania de cada Estado-Nação passaria a ser compartilhada pelos demais componentes do bloco.

Para assegurar que as decisões do bloco sejam tomadas em bases democráticas, é preciso que sejam constituídas novas superestruturas políticas e jurídicas. O quadro atual dos blocos econômicos já constituídos que só comportam a participação dos governos dos Estados-Nações membros, precisa ser reformulado com a constituição de estruturas executivas e parlamentos supranacionais em moldes até mesmo mais avançados do que os da União Européia.

Cabe observar que o bloco econômico mais bem concebido e implementado até o momento é a União Européia. A unificação da Europa representa uma das tendências mais importantes na definição de novo mundo. A Europa unificada, com seu poderio econômico e tecnológico e influência cultural e política, aliados ao desenvolvimento da região do Pacífico, serve de apoio ao sistema de poder mundial em uma estrutura policêntrica, impedindo a existência de qualquer superpotência hegemônica, apesar da contínua preeminência militar (e tecnológica) dos Estados Unidos.

Em consequência do fracasso do Estado-Nação clássico em articular a resposta aos desafios da globalização da economia, da tecnologia e da comunicação, os governos europeus estão tentando administrar seus países com a construção de um novo sistema institucional.

Na medida em que a globalização se impõe com toda a força, a integração surge como uma forma de adequação das nações em face do neoliberalismo, proporcionando a inserção, na medida adequada, da defesa de interesses para a salvaguarda das necessidades locais.

É o processo de integração regional que proporcionará a criação de órgãos e entidades supranacionais que passarão a partilhar a soberania comum com os Estados. Alguns acreditam que ao aderir a um processo de integração econômica, o Estado perde sua soberania, ao passo que outros acreditam que a formação de blocos econômicos é um passo natural e necessário à existência do Estado na nova ordem econômica mundial.

A União Européia é um bom exemplo de que eliminação de barreiras à circulação de bens, pessoas e capitais, não significa o fim de fronteiras nacionais. O fato de alguns países componentes da União Européia ter adotado uma moeda única, também não significa que eles fazem parte de uma Federação. Na União Européia, a soberania territorial ainda persiste.

Atualmente, em razão da interdependência mundial, a cooperação internacional é uma necessidade. Os Estados deixaram de ser auto-suficientes e mostram-se cada vez mais interdependentes e o relacionamento entre eles é cada vez mais essencial.

A integração não seria mais uma consequência da globalização, mas sim o seu oposto, uma intenção de ordenar internamente o impacto de um mundo sem fronteiras, possibilitando que determinado Estado possa participar como ator no “jogo mundial”, já que sozinho dificilmente teria condições de fazê-lo.

5. A crise do euro e a União Europeia

Quando a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi criada, em 1951, o continente se recuperava das feridas de duas guerras mundiais e uma série de conflitos diplomáticos que se estenderam por séculos. Os objetivos daqueles seis países fundadores (França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) era evitar um novo grande conflito armado e promover a integração do grupo economicamente.

Quarenta e um anos depois, em 1992, o projeto ganhou moeda única, mais membros e passou a ser chamado União Europeia, ao qual foram somados Grã-Bretanha, Espanha, Portugal, Grécia, Dinamarca e Irlanda. Hoje, aquela ideia inicial de integração total da região parece mais frágil do que nunca. A culpa da crise é do euro que, à medida que prejudica a economia leva consigo a estabilidade que o bloco havia conquistado.

O problema envolve todos os 27 membros desde que a crise atingiu a Grécia em 2009. Portugal e Irlanda também sofreram turbulências e precisaram da ajuda de instituições financeiras europeias. Ocorre que somente com a crise atingindo a Itália é que se evidenciou sua real magnitude.

Em razão da crise na Grécia e na falta de uma solução que recupere conjuntamente os países atingidos, começou-se a discutir a hipótese de exclusão da Grécia da zona do euro, o que provocaria uma divisão no conjunto dos 17 estados que usam a moeda comum.

Insta salientar que a União Europeia não é apenas um bloco econômico. Ela é um experimento político, no qual cada membro desempenha um papel que não se restringe ao tamanho de sua economia, há uma articulação entre todos. Dessa forma, é necessário que cada Estado seja parte de um grupo permanente, suportado por todos os membros e não serão

excluídos quando enfrentarem crises. Em suma, há um mecanismo de solidariedade.

Os laços econômicos que unem os países é que os fazem colaborar entre si, quer seja no tocante as questões políticas, quer seja em razão das questões estratégicas. A União Europeia, desde a sua criação, sempre buscou a integração dos países membros, de forma a criar um grupo coeso. Caso algum país seja excluído da zona do euro, a identidade europeia restaria prejudicada, pois tal fato descaracterizaria o princípio fundador da União Europeia.

Os europeus e o mundo como um todo sabem da importância da UE, por isso tem eivado esforços para sanar a crise do euro, pois se o problema não for resolvido o mundo enfrentará não apenas consequências econômicas, mas também reflexos políticos de longo prazo. Dentre estes problemas convém elencar os conflitos entre Israel e Palestina, a insegurança do Iraque, os protestos da sociedade civil em Bahrein, que reclamam das constantes discriminações perpetradas pela família real sunita al-Khalifa. Outro vizinho que preocupa o mundo é a República Islâmica do Irã, em face de seu programa nuclear. As sanções impostas pela comunidade internacional acirram o perigo da eclosão de um conflito na região, liderado pelo Estado de Israel, em oposição ao governo de Mahmud Ahmadinejad, com fatos contundentes de pressão, de sabotagem, de cientistas nucleares assassinados, suspeitas de campanhas subversivas encampadas pelos Estados Unidos, Reino Unido e Israel. Indagações pairam no ar, como resolver tantos problemas da agenda internacional? O mundo muda e se transforma, mas a segurança internacional não se consolida.

6. Conclusões

Com o advento das economias integradas, a questão da supranacionalidade tem gerado grandes discussões, haja vista que as soberanias nacionais, anteriormente intocadas, estão em um processo contínuo de mudanças.

Em uma economia caracterizada pela interdependência dos Estados, procura-se criar um objetivo comum a todas as Nações, razão pela qual se faz necessário o estabelecimento de uma ordem jurídica internacional, capaz de exprimir os interesses comuns.

A intensa competição global leva à necessidade da integração econômica, que deve ser feita respeitando-se as soberanias de todos os Estados participantes, de modo a evitar relações de dependência econômica e política entre os países.

Através da integração regional, a liberalização multilateral do comércio diminuirá as barreiras comerciais existentes e promoverá a negociação entre países, proporcionando maiores investimentos externos, bem como uma proximidade política e social entre os Estados.

Para que a integração regional ocorra sem grandes problemas, deve ser observada a austeridade econômica e política de cada membro envolvido. Evitando-se o surgimento de uma crise pela qual passa a União Européia, uma vez que em razão da interdependência que se estabelece entre os Estados, a fraqueza financeira e a falta de uma liderança política hegemônica de uma nação afetarão as demais.

Prima-se pela cooperação entre os Estados, voltada para o progresso, o desenvolvimento e a harmonia. A cooperação e a solidariedade devem ser

usadas como instrumentos de poder, persuasão e influência nas relações internacionais contemporâneas. As diretrizes da política externa internacional devem ser erigidas através de ações e atitudes altruísticas baseadas em princípios morais, como componentes dos pilares políticos e econômicos de um mundo crescentemente interdependente.

7. Referências

Obras impressas

ARISTÓTELES. **Política** (Trad. de Mário da Gama Kury). 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 44. Ed. São Paulo, 2005.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. 3. ed. Lisboa: LCE, 1980.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 2. ed. (Trad. João Ferreira, Carmem C. et al.). Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes; CHARELLI, Matteo Rota. **Integração: direito e dever**. São Paulo: Ltr, 1992.

COHEN, Benjamim. **A questão do imperialismo. Economia política da dominação e dependência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade** (trad. Raul Fiker), São Paulo: UNESP, 1991.

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge University Press, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Selection of prison's notebooks**. New York: International Publishers. 1971.

GRIECO, Francisco de Assis. **O Brasil e a globalização econômica**. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

HOBBS, Thomas, **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**, São Paulo: Martin Claret, 2002.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PORTO, Manuel C. L.; FLORES JR., Renato G. **Teoria e política de integração na União Européia e no MERCOSUL**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o dilema da globalização**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques - **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Martin Claret, 2002.

SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SMITH, Adam Smith. **A Riqueza das Nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações (trad. Getúlio Schanoski Jr.), São Paulo: Madras, 2009.

TUCIDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

WAQUIL, Paulo D. Globalização, formação de blocos regionais e implicações para o setor agrícola do MERCOSUL. **Análise Econômica**, FEE, Porto Alegre, v.15, n.4, p. 1-14, Abr. 1996.

WRISTON, Walter B. **O crepúsculo da soberania**. São Paulo: Makron Books, 1994.